

– Críticas & alternativas –

## Informalidade e hiperprecarização, economia popular urbana e economia solidária

Tatiana Tramontani Ramos

Doutora em Geografia  
tatiana\_tramontani@yahoo.com

### Resumo

Destacam-se neste artigo as discussões sobre a precarização no trabalho, em sua abordagem conceitual, a forma com tem sido abordada pela literatura específica e sua incorporação às discussões sobre a precarização do trabalho em contextos semiperiféricos como o brasileiro; a relação entre a pobreza urbana e a (hiper)precariedade no trabalho, com destaque para a grande parcela de informalidade que está contida no mercado de trabalho brasileiro; e os circuitos econômicos alternativos que emergem podem contribuir para práticas sócio-espaciais insurgentes. As experiências que inspiraram e ajudaram a construir esse trabalho são as práticas de uma organização do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e, também, interlocutores de um movimento social com origem em periferias e favelas que tem constituído um importante caminho como alternativa econômica solidária para trabalhadores e comunidades pobres no Brasil.

**Palavras-chave:** precarização do trabalho; hiperpreariado; circuitos econômicos alternativos; economia popular urbana; economia solidária; movimento dos sem-teto.

### Abstract

The main discussions in the present article is the precarious labor, in their conceptual approach, the way that has been addressed in the literature and its incorporation into specific discussions about the precariousness of labor in contexts such as the Brazilian semiperiphery; the relationship between urban poverty and (hyper) precariousness, especially for the large share of informality that is contained in the Brazilian labor market; and economic alternative circuits that emerge from and contribute to socio-spatial insurgents practices. The experiences that inspired and helped to build this work are the practices of an organization of the 'sem-teto' movement in Rio de Janeiro, and also partners in a social movement with origins in the periphery and slums which has been an important way as an economic alternative solidarity for workers and poor communities in Brazil.

**Key-words:** labor precariousness; hyperpreariat; economic alternative circuits; popular urban economy; solidarity economy; sem-teto movement.

### As transformações no mundo do trabalho: precariedade e hiperprecariedade

**A**s transformações no mundo do trabalho começaram a se tornar tema de debate e pesquisa na década de 1980 nos países centrais, primeiro em países como

França e Alemanha e, posteriormente, no Reino Unido, Itália e Estados Unidos.

É consenso que entre esses países de industrialização avançada, os quais conquistaram uma situação relativamente estável no que se refere ao desenvolvimento social, as novas políticas econômicas de caráter neoliberal (privatizações,

redução dos gastos públicos, flexibilização do mercado de trabalho) e o processo de reestruturação produtiva (desconcentração industrial, mecanização da produção, terceirizações, demissões) dos anos 1970 e 1980 vão promover significativas perdas de direitos e garantias sociais (previdência, saúde e educação), além de impactar negativamente as condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, as transformações no modelo de produção fordista e no Estado keynesiano vão contribuir de forma decisiva para o que alguns autores europeus vêm caracterizando nas últimas décadas como um processo de “precarização do mundo do trabalho”.

Segundo KALLEBERG (2009: 25), o surgimento e a disseminação da expressão *precariedade* estão diretamente associados ao contexto de questionamento e, em vários momentos, de enfrentamento, promovido pelos movimentos sociais europeus. Os trabalhadores europeus, sentindo-se desvalorizados pelas empresas, vendo seu poder de negociação e de pressão diminuir em função do enfraquecimento dos sindicatos, vislumbrando uma reestruturação no sistema de previdência e na rede proteção social, compreenderam o aumento da vulnerabilidade no mercado de trabalho e passaram a organizar um debate e uma estratégia de luta contra a precariedade. Dessa forma, o termo *precariedade* ganhou uso corrente em países como a França e a Alemanha para protestar contra o declínio do trabalho seguro e das proteções sociais.

Para HIRATA e PRÉTECEILLE (2002: 55), a precarização social pode ser vista como uma “dupla institucionalização da instabilidade”, manifestando-se através da *precarização econômica*

(que se traduz na transformação de estruturas produtivas tradicionais que, em geral, promovem perdas como a mudança de função ou acúmulo de funções na empresa, alterações na jornada de trabalho, déficit em termos de qualificação profissional e exigências de mercado levando a alterações de salário, etc.), ou da *precarização da proteção social* (a qual diz respeito à legislação vigente e direitos trabalhistas pertinentes a cada espaço).

Quando se fala de trabalho precário na economia formal, ou em precarização do trabalho formal, a tendência é que se pense em países centrais, onde os aspectos-chave do trabalho precário estão associados a diferenças em termos de qualidade do emprego, como desigualdade de salários, questões relativas à segurança, vulnerabilidade a demissões e acordos de trabalho não normatizados.

Em países semiperiféricos, por sua vez, (como países da Ásia, África e América Latina), o trabalho precário é, muitas vezes, o padrão quando se fala em assalariamento, e está, ao menos quantitativamente, mais relacionado ao trabalho na economia *informal* do que na formal. Apenas a título de ilustração, entre 1995 e 2007 o grau de informalidade no Brasil calculado pelo IPEA com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, foi superior a 55,4% (2007) em todos os anos, ultrapassando a taxa de 60% dos empregos no país em seis, dos doze anos analisados na série histórica.

No caso dos Estados Unidos, porém, KALLEBERG (2009) afirma ser consenso que a era mais recente do trabalho precário teve início do

meio para o fim da década de 1970. Os anos 1970 marcam o começo de mudanças macroeconômicas (tais como o choque do petróleo) e de mercado (tal como a competição com a Ásia) que levaram a um aumento na competição global dos preços. Essa corrida contra o relógio, no que diz respeito à produção e competitividade durante a década de 1970, vai resultar em uma “política de precarização maciça” até o final dos anos 1990.

A despeito das mudanças nos rumos da legislação trabalhista<sup>1</sup> – algo que não parece estar encerrado, nem no Brasil, nem em outros países – e do processo de precarização do trabalho no Brasil, há que se fazer uma distinção entre a precarização do trabalho *formal*, nos moldes como se desenvolveu nos países centrais, da realidade do trabalho permanente e profundamente precário existente nos países semiperiféricos como o Brasil. Essa distinção é necessária por dois motivos.

O primeiro está relacionado à própria utilização do termo precarização. Nesse caso, há uma importante diferença entre a precarização desencadeada pelas transformações no modelo produtivo e no sistema político-econômico no continente europeu e nos Estados Unidos e a precarização do trabalho no Brasil, ou em outras economias semiperiféricas, posto que a realidade objetiva e intersubjetiva nesses grupos de países gera parâmetros muito distintos de comparação. Enquanto no continente europeu a precarização se manifesta através de uma sequência de perdas em termos de seguridade social e, também, de salários,

pois se dá nos marcos do trabalho formal, nos países semiperiféricos, como o Brasil, é muito mais difícil trabalhar com esses “parâmetros de formalidade”, pois o trabalho formal não abrange a parcela mais significativa da nossa força de trabalho. Não podemos justificar, desta forma, as nossas perdas em termos de regulamentação trabalhista e salarial com base, apenas, em parâmetros de formalidade no emprego.

O segundo motivo pelo qual se faz necessária a distinção entre a precarização “lá e cá” é a existência de grupos sociais historicamente precários em termos de trabalho, renda e condições de existência. O que podemos dizer é que a incorporação do termo ‘precarização’ à discussão das transformações no mundo do trabalho, tanto no Brasil, como em outros países semiperiféricos, se deu sem atentar para certas diferenças intrínsecas, históricas e culturalmente constitutivas e, por isso, decisivas para uma análise adequada, como a instabilidade no trabalho, a falta de fiscalização e a corrupção, que permitem a superexploração da mão-de-obra, o subemprego e a informalidade.

A “precarização histórica” e estrutural do mercado de trabalho é um fenômeno que pode ser notado em boa parte dos países semiperiféricos, e que Marcelo Lopes de SOUZA (2008a) vai denominar *hiperprecarização* e constituição de um *hiperprecariado urbano*.

Por isso, é inadequada uma interpretação que (simplesmente) “importe” o conceito de *precarização* dos países centrais ou, o que talvez fosse pior, relacione a precarização a um processo de “exclusão social”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Flexibilização da legislação trabalhista e sua perda de rigor ao tratar de proteção social e salarial para o empregado.

<sup>2</sup> Existem diversas contribuições críticas ao uso da

A incorporação, sem uma reflexão crítica, do termo *precarização* e suas variáveis, como o trabalho precário, tem relação, em grande parte, com a sua aproximação pouco criteriosa com outras noções, especialmente com a de *informalidade*. Se na Europa o debate sobre a precarização joga luz sobre transformações que vem sendo feitas nas legislações em cada país e suas consequências trabalhistas e sociais, no Brasil, isto é, na semiperiferia capitalista, tem sido tomado o caminho mais curto e, por vezes, associando-se o *trabalho precário* ao *trabalho informal*, como sinônimo.

Essa associação é inadequada sob vários aspectos. Primeiro, por uma questão de generalização problemática: nem toda precarização leva à informalidade, assim como nem toda informalidade trata-se de trabalho precário. Segundo, o debate sobre a precarização introduz toda uma discussão sobre conquistas e perdas em termos de direitos e garantias que a questão da informalidade não atende, necessariamente. Terceiro, a noção de precarização conforme foi concebida no contexto histórico, político e econômico europeu, pressupõe um fenômeno não muito recente no cenário europeu (tem cerca de 40 anos) e recente no cenário brasileiro e latino

---

expressão “exclusão social”, que nos mostram que dificilmente encontraremos casos de exclusão propriamente dita (a não ser em caso de prisões e campos de trabalho forçado, campos de refugiados e de contenção política, territórios de exceção etc.), mas sim diferentes formas de inclusão precária (MARTINS, 1997) já que, mesmo deficiente, inadequada e, por vezes, perversa, a participação econômica e social dessa população se insere em um movimento necessário ao funcionamento da produção, dos serviços, do consumo etc.

americano (em torno de 20 anos), gerando, conseqüentemente, um debate novo em termos de produção de dados, análises e literatura.

A informalidade pode ter tido um aumento expressivo nas últimas décadas no mundo devido às transformações econômicas, políticas e sociais que temos analisado, mas não se trata, por isso de uma novidade, como reforça a afirmação de Márcio Pochmann:

A informalidade e sua relação com o emprego não são tema novo no Brasil. A informalidade do trabalho faz parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma economia periférica que se industrializou tardiamente. Por isso há diversos tipos de produção e reprodução da informalidade, sobretudo porque o país se mostrou incapaz de realizar as chamadas reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social). (...) Assim, no ciclo da industrialização nacional (1933 a 1980), com avanços significativos na valorização do trabalho, grande parcela da população foi excluída do emprego protegido. Nas últimas duas décadas, diante do quadro geral desfavorável ao mercado de trabalho, destacou-se a sua informalização. (POCHMANN, 2001: 195).

Em outras palavras, a precariedade não só não corresponde a um fenômeno recente, como, especialmente no caso de países semiperiféricos, preexiste ao processo de incorporação da economia flexível, à globalização e às transformações no mundo do trabalho. Podemos dizer, então, que o processo de *informalização* e *precarização* do trabalho em economias semiperiféricas e industrializadas como a brasileira acompanha um

contexto mais amplo de reestruturação econômica e readaptação do mercado de trabalho às novas necessidades da produção e do mercado. Contudo, essa não seria a *única* causa, ou a causa isolada de nossa “precarização histórica”.

Se na Europa a discussão de precarização se dá em torno de uma sequência de perdas econômicas e sociais vivenciadas pela classe trabalhadora nas três últimas décadas, “*tais conceitos muito pouco se aplicam a uma realidade como a brasileira, em que jamais existiu um Estado de bem-estar [e] (...) as condições de trabalho e de vida da maioria dos trabalhadores em um país semiperiférico sempre foram precárias*” (SOUZA, 2008a: 131, nota 38). O difícil, talvez, seja mensurar, qualitativa e quantitativamente, essa “precariedade”.

As condições de trabalho a que são expostos os nossos trabalhadores, em termos de salário, riscos, salubridade, conforto ambiental, garantias e seguridade trabalhista etc. seriam classificadas como formas de trabalho extremamente precárias em países centrais, pelo fato da maioria desses trabalhadores ganhar “por serviço concluído”, por etapas, ou em valores subdimensionados se considerarmos o tipo de esforço e de risco a que se expõem diariamente.

A falta de qualidade, os baixos salários e a ausência de outros benefícios já são características pertencentes a tais formas de trabalho, mas elas também serão atingidas, direta ou indiretamente, pelas transformações trazidas pela reestruturação produtiva, flexibilização da produção e do consumo, desindustrialização, desregulamentação do trabalho,

em resumo, das políticas de ajuste neoliberal e da globalização.

É claro que um trabalhador que sempre pertenceu ao setor *informal*, dedicando-se a atividades “por conta própria”, não será atingido diretamente pela reestruturação produtiva, mas certamente será atingido por outras consequências do “pacote neoliberal”. A redução do poder de compra manifestada na desvalorização dos salários diante dos preços dos produtos e serviços (inclusive produtos e serviços considerados essenciais como itens da cesta básica, medicamentos, fornecimento de água e luz etc.), a elevação do custo de vida com a subida dos aluguéis e dos preços dos transportes públicos, a perda de clientes devido à redução do poder aquisitivo de forma mais ampla que acaba reduzindo o rendimento daqueles que estão sujeitos às variações do mercado, entre outros.

Para ajudar na redefinição dos termos desse debate, SOUZA (2008a) propõe as expressões “*hiperprecarização*” e “*hiperpreariado*”.

Os conceitos de “hiperprecarização” e “hiperpreariado” designam, portanto, coisas diferentes daquelas cobertas pelo debate europeu. A “hiperprecarização” se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como “ajustes estruturais”, desindustrialização e transformações no modo de regulação e no regime de acumulação (reestruturação produtiva, “acumulação flexível”, terceirização, desregulamentação parcial do Direito do Trabalho), tudo isso nos marcos da globalização e da hegemonia das políticas econômicas neoliberais (elementos que conectam o centro e a [semi]periferia, ainda que as formas e intensidades evidentemente difiram), atira maciçamente trabalhadores pobres

do setor informal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que era precário em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desamparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma frequente deterioração do modesto padrão de consumo. O “hiperpreariado”, de sua parte, constitui o heterogêneo universo de trabalhadores informais e todos aqueles que sobrevivem em circunstâncias de grande vulnerabilidade e mesmo perigo, morando em espaços extremamente desconfortáveis e muitas vezes insalubres ou improvisados e exercendo ocupações estigmatizadas. O “hiperpreariado” sempre existiu. Apenas, a partir das décadas de 80 e 90, expandiu-se e, principalmente, tornou-se sociopoliticamente mais visível, especialmente no que concerne a sua parcela ligada a atividades ilegais e fortemente criminalizadas, como o tráfico de drogas de varejo. (SOUZA, 2008a: 131, nota 38, aspas do autor).

Essa é a parcela da população que desempenha atividades informais, de baixíssima qualificação, rendimento e que, em geral, nunca ou poucas vezes esteve inserida no circuito formal da economia. Logo, diante das suas condições físicas, sociais, psicológicas, político-culturais, possui pouca ou nenhuma chance (a partir, unicamente, das disponibilidades de vagas), também, de conseguir uma ocupação formal, ou mesmo informal, porém, melhor qualificada.

O hiperpreariado constitui uma parcela tão heterogênea e espacialmente dispersa da sociedade, que se torna difícil até mesmo sua distinção enquanto *grupo*. Talvez fosse mais apropriado

falamos em *grupos* (no plural) que constituem o hiperpreariado, cada qual com seu aspecto agregador. Isso não só porque o hiperpreariado não se identifica e nem é identificado por determinadas convenções sociais, como porque ele, normalmente, não possui *qualquer* consciência de seu papel político-econômico. Como mencionamos, trata-se de um universo muito amplo e heterogêneo de pessoas em diferentes atividades que vão da legalidade à ilegalidade dentro de um amplo espectro de informalidade. Eles vivem nas brechas do comércio informal (como ambulantes e camelôs), dos rejeitos (como catadores de recicláveis – “carroceiros” –, ou dos lixões), ou na ilegalidade (dedicando-se a atividades ilícitas como comércio de produtos falsificados, ou mesmo ao comércio de drogas no varejo), enfim, vivem de um trabalho fisicamente e emocionalmente desgastante, de baixo retorno financeiro entre outros problemas.

A *hiperprecarização* e o *hiperpreariado*, dessa forma, não vem, simplesmente, para substituir a *precarização* e o *preariado* em um contexto semiperiférico. Nem para fazer referência a uma parcela da população de baixa renda, que vive da/na informalidade. A proposta é de um aprofundamento da discussão acerca de *quem* é essa parcela *hiperprecarizada* da sociedade. Qual a sua origem, qual o seu papel, quais são suas táticas e estratégias de circulação na cidade, de apropriação do espaço urbano e de territorialização.

Milton SANTOS, no texto “A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual”, traduz essa realidade como uma situação onde,

boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer leis, normas, regras, mandamentos, costumes, derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de "ilegais", "irregulares", "informais". Essa incapacidade mistura, no processo de vida, práticas e teorias herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções. (SANTOS, 1999: 3)

Nesse trecho, o autor tenta relacionar as condições adversas a que é submetida grande parte da força de trabalho em países periféricos e semiperiféricos à capacidade de superação, de inovação ou de simplesmente conseguir sobreviver e produzir em condições nas quais muitos de nós não o conseguiria. O autor vai ressaltar que a transposição de certas barreiras sociais, a superação de inúmeros obstáculos econômicos é que vão garantir a força e a criatividade muitas vezes necessária para a produção e manutenção de certas formas de resistência e superação de profundas adversidades por parte desse hiperpreariado urbano.

É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se, desta maneira, a redescoberta pelos homens da razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também "não conformes" à racionalidade dominante. (SANTOS, 1999: 3)

É assim que uma pequena parcela do hiperpreariado pode encontrar brechas e, nessas brechas, oportunidades para se organizar e transformar, com diferentes graus de radicalidade, a ordem instituída. Exemplos de experiências desse tipo, que buscam novas formas de apropriação do espaço urbano e de organização da economia popular urbana são o *movimento dos sem-teto* (com suas diferentes frentes e organizações locais, regionais e nacionais), o Movimento das Comunidades Populares (MCP), alguns ativismos de bairro/favelas etc.

Quando o trabalhador hiperpreariado toma consciência de sua situação e investe em formas para reverter o quadro de completa privação (do ir e vir, do trabalhar, do morar, do alimentar-se e a sua família) ao patamar de conquistas (econômicas, socioculturais e políticas) ele se torna protagonista de uma ação social e parte da formação de uma consciência coletiva.

Quando SANTOS (1999) afirma que a superação do conformismo é parte de uma "etapa superior de produção da consciência", nos ajuda a compreender porque o hiperpreariado *organizado* em torno da questão urbana, *protagonistas* da luta por moradia, trabalho, condições adequadas de vida, deixa de ser apenas uma "consequência negativa" de um "sistema injusto", um "efeito colateral do capitalismo", ou uma "mera" externalidade sócio-econômica e passa a ser um "não-conforme". Isto é, não se adapta às *formas* sociais e espaciais pré-estabelecidas e não se *conforma* com as fatalidades da engrenagem sistêmica.

A "experiência coletiva" que está implicada na constituição de um ativismo social e,

consequentemente, de um movimento social, está diretamente relacionada à *experiência de determinadas condições objetivas e subjetivas de existência* (THOMPSON, 1981) o que, de certo modo, nos lembra que a conjuntura que leva à luta por trabalho e moradia não se esgota no espaço onde essa luta se desenrola, mas remete, também, a uma estrutura social, política e econômica fundada na distribuição desigual da riqueza, dos recursos, da renda e das oportunidades, o que produz uma cidade desigual.

### Ativismos sociais e o hiperpreariado

Os protagonistas do movimento sem-teto, que se constituem da *parcela ativista* desse hiperpreariado, refletem a dialética espacial a qual se refere o autor, isto é, a conquista de uma capacidade de reflexão crítica, da formação e organização política em torno de uma agenda de luta comum e pautada em uma leitura própria do mundo, e não da mera assimilação de reivindicações e “fórmulas prontas”, derivadas de uma leitura engessada, previamente “estruturada” de mundo. No caso do movimento dos sem-teto, trata-se de uma forma de organização e ação coletiva que coloca em questão a dinâmica urbana capitalista a partir da luta pela moradia e por trabalho e tem nas ocupações<sup>3</sup> de

<sup>3</sup> Nesse sentido, a ocupação dos imóveis é norteadada pelo princípio constitucional de que a propriedade deve, efetivamente, ter uma função social. Quando os imóveis estão abandonados ou não são utilizados, fica caracterizado o desrespeito a tal determinação constitucional, o que legitima a ação do movimento. As ocupações são os espaços de luta e reprodução do movimento sem-teto, são os espaços da sociabilidade cotidiana dos trabalhadores, ou seja, onde se dão as redes de solidariedade, conflitos, disputas, encontros, festas, etc.

terrenos e prédios (públicos ou privados, em áreas centrais ou periféricas da cidade), sua principal estratégia de luta.

Por que jogar luz sobre a relação entre os *movimentos que envolvem a luta por moradia* (sem-teto, favelas, bairros populares) e o tema da *hiperprecarização*? Ou, melhor colocando, por que valorizar o pertencimento de certa parcela do hiperpreariado urbano a tais movimentos?

As lutas que vinculam trabalho e moradia se traduzem no *direito à cidade* como uma situação que inclui direito à *habitação digna* (acesso facilitado a esta por transportes e uma localização central, equipamentos urbanos e serviços básicos, como luz, água, saneamento, gás, educação, saúde, cultura e lazer) e, também, direito ao *trabalho digno*.

Este último está necessariamente atrelado ao primeiro por relacionar as condicionantes individuais, familiares e do mercado onde esses trabalhadores estão inseridos. O trabalho depende de deslocamentos, habilidades, qualificação, boas condições físicas e emocionais etc. Assim, as condições adequadas para a dedicação ao trabalho, dentro ou fora das ocupações, bem como as variáveis que nele interferem, podem ser melhor equacionadas quando a luta por moradia não é uma simples luta por “casa”, por um “teto sobre as cabeças”, mas por todo o conjunto indissociável de bens, serviços e direitos, que articulam moradia e trabalho.

Costurar a relação entre a *luta pela moradia* e a *constituição de circuitos econômicos alternativos, solidários* pode ajudar a melhorar a *qualidade de vida*, contribuindo, ainda que através de doses



“homeopáticas”, para o *desenvolvimento sócio-espacial*<sup>4</sup> que se deseja, pautado, em grande parte, pelo ideário do direito à cidade.

Sabemos que os problemas que envolvem a organização, o grau de politização, a defasagem educacional, o escasso acesso à informação assimilável, sem mencionarmos a pobreza, a fragilidade, a vulnerabilidade e a heterogeneidade de atividades em que estão envolvidos os trabalhadores hiperprecarizados, dificultam muito e, no limite, até inviabilizam qualquer prática política mais consistente ou mais duradoura, mas tais dificuldades podem ser mitigadas se as *atividades econômicas* derem lugar a *circuitos econômicos* capazes de contribuir para *práticas sócio-espaciais de base popular*, mais humanas e solidárias. Isso faz da *economia popular urbana* e da *economia social/solidária* significativamente diferentes daquilo que genericamente se define como “atividade informal”.

<sup>4</sup> “Não se faz referência, aqui, ao desenvolvimento apenas do espaço social (situação em que a grafia deveria ser *socioespacial*), mas à transformação das *relações sociais e do espaço social*. Para o autor desse texto, o desenvolvimento, isto é, o processo (aberto, não predeterminado, ainda que animado por valores e por vontades conscientes) de mudança para melhor, é uma incessante busca por mais justiça social e qualidade de vida sobre a base da autonomia individual e coletiva. (...) Sem abrir mão de um horizonte analítico e político-filosófico radical, a presente reconstrução do conceito de desenvolvimento enquanto desenvolvimento sócio-espacial reconhece que ganhos e perdas de autonomia ocorrem nas mais diversas escalas temporais e espaciais, inclusive quotidianamente, e é necessário saber estimar adequadamente cada vitória (e cada derrota). (...) À luz disso, “desenvolvimento sócio-espacial” refere-se a um *processo*, a um *dever*, e não a um *estado*.” (SOUZA, 2006a: 111, 112, 113)

## Da atividade informal à economia popular solidária

As expressões que remetem aos circuitos econômicos “alternativos”, no entanto, são múltiplas e, por mais que sejam tratadas como sinônimos, expressam diferenças quanto a sua natureza político-filosófica, quanto ao local de origem e ao contexto histórico no qual, predominantemente, se desenvolvem.

Economia social, economia solidária, terceiro setor, economia popular, sócio-economia solidária, cooperativismo e associativismo são os termos mais utilizados para fazer referência às atividades desse circuito econômico que se traduz como “alternativo” ao circuito econômico “oficial”, ou institucional – na forma das instituições empresa, Estado, profissional liberal ativo no circuito superior – como práticas de/para *iniciativa popular*, com vistas a constituição de uma economia mais humana e solidária (ARRUDA, 2003).

Muitos autores<sup>5</sup> vêm trabalhando nessa temática há anos, especialmente na Economia e na Sociologia, mas esse ainda é um assunto com pouca repercussão dentro da Geografia. Mesmo quando se trata da Geografia Econômica e da Geografia Urbana, essas áreas têm se preocupado há bastante tempo, muito mais com a macroeconomia e sua interface geopolítica, ou com o *circuito superior* e o papel das corporações e empreendimentos (rurais e urbanos) do que com esse tipo de abordagem que foca no *circuito inferior*.

<sup>5</sup> CORAGGIO (1987, 1996, 2001, 2003 e 2006); LISBOA (1997, 2003 e 2004); CARPI (1997); AHLANDER (2001); FRANÇA FILHO (2002); NORONHA (2003); SINGER (2002 e 2003); LIMA (2004), são alguns exemplos deles.

Paul SINGER, Armando de Melo LISBOA e José Luis CORAGGIO são autores que, nos anos 1980, dedicavam-se ao tema da economia que por ora chamamos “alternativa”. Nesses trabalhos os referidos autores começam a delinear conceitos e definir as fronteiras entre as principais expressões relacionadas ao tema, reservando cada um, é claro, espaço para suas afinidades, posições e convicções político-filosóficas.

Para SINGER, (2003) a principal inspiração da economia social e solidária é o cooperativismo operário, surgido das lutas de resistência contra a Revolução Industrial, ao longo do século XIX e XX. Nele estavam contidos os princípios que iriam nortear as práticas e os discursos de muitos empreendimentos do tipo solidário/cooperativista/associativo (sérios) na atualidade. Essas noções relacionam-se a um contexto histórico que remete às experiências revolucionárias fortemente inspiradas no Socialismo Utópico e no anarquismo clássico, que afirmavam o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo como *alternativos* à economia capitalista, em meio às trágicas consequências da revolução industrial como a superexploração da força de trabalho e as péssimas condições de vida a que eram submetidos os trabalhadores nesse período.

LISBOA (2004) defende a adoção da expressão *socioeconomia solidária*, pois, para ele, "socioeconomia" explicitaria tanto “o amálgama da economia na sociedade”, quanto a subordinação da economia a essa mesma sociedade, expressando a compreensão de que a economia não é um fim em si mesma, mas apenas um “instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da

condição humana” LISBOA (2004: 22). Segundo o autor, seriam partes dessa *socioeconomia solidária* atividades que, simultaneamente, reforçassem o pertencimento social a uma *comunidade*, gerando trabalho e renda, rompendo com a lógica da mera adaptação ao fundamento da forma mercantil e recuperando o sentido original da economia: o *cuidado da casa* (LISBOA, 2004: 22).

Para CORAGGIO (2006), a crítica ao capitalismo deve ser um norteador para as nossas propostas e alternativas. Nesse sentido, a *economia solidária* deixa de ser “apenas” uma alternativa ao desemprego e à dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho (formal) e passa a ser uma estratégia de resistência e luta (por vezes silenciosa, por vezes bastante barulhenta, dependendo do contexto).

Para esse autor, práticas econômicas solidárias não significam “integrar (de outra forma, ou da mesma) os excluídos no sistema que os exclui”, como se fosse uma *resposta* ao desemprego, à precarização e à alienação, por meio de empreendimentos associativos, mas colocar-se, *coletivamente*, contra o modelo de sociedade e de economia que impõe esses problemas como um *projeto de autonomia*, análise com a qual concordam TRAJANO e CARVALHO (2003).

A experiência de construção do trabalho co-labor-ativo e da autonomia dos trabalhadores não se constitui em um processo linear, sem conflito e sem contradições. Exige o rompimento com práticas heterônomas ou, numa outra linguagem, práticas paternalistas e autoritárias, em que o outro decide por mim, em que normas e valores devem ser interiorizados, sem possibilidade de

reflexão crítica. (TRAJANO e CARVALHO, 2003: 175)

Diferentemente da situação do *terceiro setor* na América Anglo-Saxônica, e da *economia social* e *solidária* de tradição européia, na América Latina a *economia solidária* não surge a partir do movimento operário, como acontece na Europa no século XIX, ou com o esgotamento de um *Welfare State*, que nunca existiu de fato, ou existiu de forma residual, mas a partir de experiências de marginalização duradoura ou permanente do mercado de trabalho e de situações de falência de empresas que passaram a constituir experiências de autogestão.

A *economia popular*, no entanto, não se resume a uma *economia* meramente *informal* praticada por pobres em áreas precárias. Normalmente, a *economia popular* se constitui de atividades informais, mas nem toda atividade informal corresponde à *economia popular*. Além disso, há uma diferença entre essas que pode remeter a um projeto político de fato.

A *economia informal*, analisada de maneira geral, assume a forma de “microprojetos individuais”, que configuram uma espécie de *simulacro precário* das práticas econômicas (produtivas e mercantis) formais (cf. LISBOA, 2004), de forma que essas práticas não afirmam, necessariamente, uma relação com a base social local, comunitária ou com um saber ancestral. Ou seja, enquanto a economia informal tem como característica a adoção de práticas que tentam reproduzir, ainda que precariamente, as relações formais de produção e trabalho capitalistas, a

economia popular, por princípio político, teria como fundamento a reinvenção dessas práticas, sua adaptação (completa ou parcial) aos problemas, projetos e possibilidades da comunidade a qual está vinculada. Assim,

o que caracteriza a EPS, insistimos, não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal), ou estarem desvinculados do mercado, mas sua condição de estar voltada para prover o sustento do grupo (experiência associativa) sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. Por isto não podemos confundi-la com uma espécie de "capitalismo popular". (LISBOA, 2004: 10)

Essa parece que tem sido, aliás, a única, ou a maior preocupação dos governos nos últimos anos em relação à precarização e hiperprecarização do trabalho: a tributação da renda e o pagamento de impostos. Como se a responsabilidade sobre os inúmeros problemas relacionados à administração pública e a “falta de dinheiro” para investimentos em setores como hospitais, escolas, universidades, transportes etc., fosse exclusivamente dos trabalhadores que não pagam seus impostos e não “contribuem” para a construção social do país. Apenas “usam” os hospitais, “usam” as escolas públicas com seus “montes de filhos”, “lotam” os transportes públicos, “competem” com os lojistas/empresários (que “pagam regularmente os seus impostos”) ao instalarem bancas de camelôs

com produtos baratos, sem nota fiscal, sem registro de procedência, sem pagar luz, IPTU, ou aluguel, espalhados nas calçadas, nas portas das lojas. Para o Estado, e para uma grande parcela da população, em especial a classe média, o *hiperpreariado* e o trabalhador informal precarizado são problemas sociais e econômicos que podem ser “sanados” com um registro administrativo e regularização fiscal. Não se colocam em questão as causas fundamentais de sua existência.

### **A economia popular e o hiperpreariado**

O espectro da *economia popular* é muito amplo e diverso, assim como também o é a delimitação do *hiperpreariado urbano*, como havíamos mencionado anteriormente. Apesar da expressão “economia popular” ser utilizada com frequência na literatura para fazer referência a algumas experiências de (auto)organização popular em torno de uma solução ou alternativa a certas dificuldades e obstáculos do mundo do trabalho e de reprodução da vida, a experiência mostra que nem sempre essa é uma realidade alcançada. Em geral a *economia popular* passou a abrigar uma gama muito variada de atividades que não expressam, necessariamente, algum tipo de projeto político comum ou de organização coletiva. O caráter de resistência tão destacado na literatura como uma característica marcante em diferentes experiências e movimentos tem se diluído em uma ampla miscelânea de atividades de produção e serviços, únicas ou complementares, para um número grande, e cada vez maior, de trabalhadores nas cidades brasileiras.

Segundo os próprios ativistas que se dedicam à discussão e à *práxis* político-econômica como forma de produzir alternativas ao modo capitalista de produção e ao trabalho, a definição de *economia popular* encontra-se, por demais, desgastada, ou mesmo nunca correspondeu ao que o nome deveria designar. Ela descreve, fundamentalmente, atividades precárias de sobrevivência na cidade para uma parcela considerável da população que não encontra outra possibilidade de fazê-lo.

A economia popular é a economia que tá aí, a economia do povo. Aos trancos e barrancos, se virando, ganhando uma mixaria aqui, gastando ali, né? Essa é a economia popular, por exemplo, os camelôs... é uma economia popular. (Entrevista com uma importante liderança do MCP, realizada em 29/09/2011)

Com a (hiper)precarização do trabalho em seus diferentes estratos, é possível perceber uma ampliação absoluta da “economia popular”, notada com o perceptível aumento do número de camelôs, ambulantes, prestadores de pequenos serviços etc., mas, simultaneamente, cada vez menos as atividades rotuladas como *economia popular* constituem-se de práticas *politicamente organizadas* e *solidárias* por princípio. Essa, aliás, é tanto uma crítica, quanto uma dificuldade enfrentada por esses movimentos na tentativa de construção e manutenção de atividades econômicas alternativas e inspiradas por um sentido de autonomia e autogestão.

Essa dificuldade em se estabelecer um parâmetro de análise que ajude a elucidar e salientar o princípio e fundamento das práticas econômicas surgidas das camadas populares é que vai levar

alguns autores (especialmente CORAGGIO, 1987, 1996, 2001, 2003 e 2006 e LISBOA, 1997, 2003 e 2004) a tomarem como referência de análise a expressão *economia popular*, acrescida do adjetivo *solidária*, ou *economia popular de solidariedade*.

A expectativa desses autores é de que a economia popular, com todos os obstáculos materiais e imateriais enfrentados por seus protagonistas, guarde em si *o germe de uma possível transformação social*. Dessa forma, o grupo social, ou parte desse grupo definido como *hiperpreariado urbano*, guardaria o potencial (que pode ser manifestado, ou não) de ser protagonista de transformação social, econômica e política.

No que tange às experiências *oficiais* relacionadas à economia popular solidária na cidade do Rio de Janeiro, é importante destacar que, em 2009, foi criada uma Secretaria Municipal especificamente para “promover o desenvolvimento econômico solidário”, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Cidade do Rio de Janeiro (SEDES<sup>6</sup>). Nela está inserido o projeto *RIO ECOSOL*<sup>7</sup>, um projeto que visa promover a economia solidária em quatro comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro (Complexos do Alemão e de Manguinhos, Morro

Santa Marta e Cidade de Deus), bem como o desenvolvimento econômico local. Isso através de programas de *capacitação* do trabalhador para a economia solidária e fortalecimento de empreendimentos desse tipo já existentes nas comunidades.

Ainda que os idealizadores e promotores do projeto estejam repletos de boas intenções e vontade, um projeto que conta com investimentos públicos da ordem de quase dez milhões de reais vindos do *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* – o PRONASCI<sup>8</sup> – não contém em si fundamentos e princípios que estimulem a busca da autonomia individual e coletiva, já que eles estão inseridos na mesma lógica de exclusão e higienização dos projetos desenvolvidos pela Prefeitura, como “revitalização do Centro e Zona Portuária”, perseguição e eliminação do trabalho ambulante e do “comércio de rua”, remoção de favelas e despejo de ocupações na cidade, “pacificação” de favelas etc.

<sup>6</sup> Segundo o Diário Oficial do Município - DOM (<http://doweb.rio.rj.gov.br>, acesso em 07/10/2011), esta Secretaria “tem por objetivo pensar, estruturar, propor, viabilizar e credenciar políticas públicas para a geração de alternativas de trabalho, emprego e renda na cidade”.

<sup>7</sup> O projeto foi idealizado e está sendo coordenado pelo *Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (Soltec/UFRJ) – responsável pelo desenvolvimento da sua metodologia, calcada na “pesquisa-ação” e na “participação” – e pelo *Centro de Ação Comunitária* (CEDAC), uma ONG que é responsável pela “formação e educação popular para o trabalho”.

<sup>8</sup> “O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é uma iniciativa pioneira que reúne ações de prevenção, controle e repressão da violência com atuação focada nas raízes sócio-culturais do crime. Articula programas de segurança pública com políticas sociais já desenvolvidas pelo governo federal, sem abrir mão das estratégias de controle e repressão qualificada à criminalidade. (...) Além dos profissionais do sistema de segurança pública, o Pronasci tem como público-alvo jovens de 15 a 24 anos que estão à beira da criminalidade ou já em conflito com a lei. O objetivo é a inclusão e acompanhamento do jovem em um percurso social e formativo que lhe permita o resgate da cidadania”. (Fonte: <http://portal.mj.gov.br/pronasci>)

Essas práticas contam com parcerias públicas e privadas, para transformar o Rio de Janeiro em uma cidade-vitrine, passível de comercialização material e imaterial, sediando megaeventos esportivos, shows e eventos internacionais. O projeto, mais uma vez, ignora questões bem mais profundas existentes na cidade do Rio de Janeiro, na sua região metropolitana e em outras, que é a gigantesca segregação sócio-espacial existente na cidade que reproduz a lógica do trabalho precário informal como única alternativa possível para milhares de cidadãos. Nesse sentido, a “economia solidária” como colocada nesses projetos e leis, pode ser traduzida apenas como uma “regularização” de parte do *trabalho informal*, sem, contudo, alterar sua situação de *subalternidade*, como coloca um ativista entrevistado, a respeito da comparação entre os programas de Economia Solidária Oficiais, como o ECOSOL da Prefeitura do Rio e a experiência do GIC – Grupo de Investimento Coletivo criado pelo *Movimento de Comunidades Populares* (MCP<sup>9</sup>):

Veja os bancos comunitários incentivados pelo capitalismo por aí. É totalmente diferente. Não tem a participação popular, usa o povo como massa de manobra. Como no emprego. Cadê a poupança? Cadê a participação nas discussões, no destino, na forma? Totalmente diferente do que a gente propõe, onde se discute tudo. E com isso, além de você sentir como a coisa é sua, você aprenda a administrar. É aquele negócio: é o tipo de consciência. Hoje existe a consciência do

empregado, do gestor e do patrão. Nós queremos que as pessoas adquira a consciência de gestor, e de um gestor coletivo. E que desapareça a consciência patronal e de empregado. É o que temos de diferente. Nosso grupo, o GIC, os GICs que nós propomos eles têm uma consciência de gestão coletiva. (Entrevista com uma importante liderança do MCP, realizada em 29/09/2011)

O GIC, mencionado na entrevista, consiste em uma das atividades do *setor de economia*<sup>10</sup> do MCP, um movimento social com mais de 40 anos de atuação no Brasil que desenvolve diferentes práticas do âmbito econômico sobre bases *comunitárias*, *solidárias* e *coletivas*.

O que garante o sucesso das várias experiências econômicas *populares* e de caráter verdadeiramente *social/solidário*, sustentadas por esse movimento no Rio de Janeiro e em diferentes estados brasileiros, é a adesão e o compromisso assumido pela *comunidade* onde a experiência está inserida e, no caso do GIC, a constante movimentação do dinheiro investido. A comunidade investe no GIC e se utiliza de empréstimos neste, pois confia no seu funcionamento e vê nessa atividade benefícios que ela não teria em bancos convencionais, ou aos quais estaria impossibilitada de acessar por não ter comprovação de renda, ter “o nome sujo”, não possuir documentação pessoal regularizada, entre outros fatores. O interessante de

<sup>10</sup> Os *grupos* que compõem o setor econômico do MCP são o de *produção coletiva* (GPC), *vendas coletivas* (GVC), *trabalho coletivo* (GTC) e *investimento coletivo* (CIC). No caso desse último, as atividades estão relacionadas a aplicações, resgates e empréstimos em condições mais favoráveis ao trabalhador de baixa renda e de forma coletiva, ao estilo “banco do povo”, porém com a moeda corrente vigente no país.

<sup>9</sup> O *Movimento de Comunidades Populares* é um movimento de base popular fundado por trabalhadores rurais e urbanos pobres que hoje possui uma escala de atuação ao nível nacional.

ser observado é que o GIC acaba fortalecendo os laços comunitários, pois o dinheiro pego como empréstimo, muitas vezes é a única chance de garantir pequenos ganhos em termos de melhora nas condições de vida das pessoas, com a compra de uma geladeira, a reforma da casa, e isso cria um sentimento de segurança que remete ao sentido primeiro da economia e da vida em comunidade.

O GIC não tem nenhum fim lucrativo, sua única finalidade é a promoção da economia popular solidária e de ganhos de qualidade de vida para a comunidade em que se insere. Seu objetivo não é ser grande, mas do tamanho de sua comunidade. Um GIC não almeja movimentar milhões de reais, como um banco, mas se multiplicar o quanto for possível para alcançar mais e mais comunidades.

*(...) o objetivo do grupo é ajudar as famílias a melhorar sua renda, aprender a poupar e transformar o GIC no Banco da Comunidade para sair da dependência dos capitalistas e financiar a construção das comunidades populares autônomas. (Relato de um dos administradores voluntários do GIC de São Lourenço da Mata – PE, para o “Jornal Voz das Comunidades”, agosto de 2011, ano 6, nº. 14, p.4)*

Podemos dizer que o GIC, o GVC, o GPC e o GTC correspondem a experiências bem sucedidas de economia popular solidária, ou socioeconomia solidária, por conseguirem realizar uma economia que remete ao seu sentido original, do *cuidado com a casa*, e essa “casa” não se refere apenas à *unidade habitacional* familiar, mas à vida em *comunidade*. Essas experiências não estão desvinculadas de uma economia profundamente heterônoma, dominada

pela economia empresarial e estatal, nem são isentas de influências e obstáculos sérios, mas demonstram a força e o poder da *organização popular* em busca de *alternativas*, em sentido crítico, mesmo em condições muito difíceis e até hostis, como o enfrentamento com uma grande empresa, da violência e a criminalidade que tem dominado as favelas e bairros populares em todo o país.

A economia informal é secular no Brasil, assim como a precariedade do trabalho. O *hiperpreariado urbano* atual traz em si a essência do trabalho árduo, mal remunerado e de risco, que muitos cidadãos insistem em classificar como *invisível*: a “economia invisível”. Quando na verdade essa economia não tem nada de invisível, mas, ao contrário, está explícita diante de nós a cada passo nas ruas, a cada olhar pela janela de casa, do carro, do ônibus... os “invisíveis” sempre viveram dos mercados locais, de abrangência espacial relativamente restrita, de baixo teor tecnológico, mas elevado potencial criativo e de flexibilidade na dificuldade (o famoso “jeitinho brasileiro”, o “jogo de cintura” não estão apenas no futebol e no samba) e contribuem para esses mercados, ainda que subordinados à lógica de uma economia considerada “visível”, reforçando o que, em 1979, Milton Santos já denominava como o *espaço dividido* da articulação dos dois circuitos: o inferior e o superior.

Há saídas, há experiências de sucesso e há, também, obstáculos e fracassos. É justamente entre esses sucessos e fracassos, entre os tropeços de quem caminha, que se encontra o vínculo entre a *luta pela moradia* e a *economia popular urbana/economia popular solidária*. Trabalho e

geração de renda *foi* (como motivador), *é* (como necessidade imediata de sobrevivência) e *sempre será* (como projeto político) uma questão fundamental para os movimentos sociais de base popular como aqueles que inspiram as ocupações do movimento dos sem-teto, que organizam as comunidades e bairros populares.

A *especialidade* é um elemento fundamental na análise da relação moradia e trabalho. A proximidade do local de trabalho traduz-se na possibilidade de utilizar o seu tempo de forma mais produtiva. Quando dizemos “produtiva” não estamos nos referindo ao trabalho que pode ser realizado nesse tempo para geração de riqueza, mas a outras formas de produção: o tempo em família, o tempo de descanso, o tempo de lazer, o tempo ocioso que permite pensar, refletir, elaborar, como mostra de forma brilhante o relato de um ativista do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro, morador de um conjunto habitacional popular em Nova Iguaçu.

*Outro dia eu tava lembrando: tem mais de 40 anos, tem uns 48 anos, eu trabalhei na remoção do pessoal que morava ali no morro do Pasmado, em Botafogo, na época era favela do Pasmado. Eu trabalhava com caminhão e ajudei a tirar os móveis e as coisas dos pessoal de lá para levar lá para Vila Kennedy e Vila Aliança. Na época aquilo ali era mato, não tinha nada lá. Aí eu fiquei pensando... é incrível como a Prefeitura, o Governo, faz hoje em dia a mesma coisa. Usa as mesma ferramenta. Joga o povo lá pra cima, lá pra longe, pra periferia. Na época que eu participei da ocupação na Barão de São Félix [atual Ocupação Chiquinha Gonzaga] a gente foi abrigado por dois meses em*

*um daqueles galpões ali do porto, naqueles armazéns na altura da Rodoviária. Eu perguntava para o secretário: “tem projeto de geração de renda para esse povo?” Ele respondia: “Não. Só moradia!”. A gente conseguiu 41 casas em um conjunto que tava sendo construído em Nova Iguaçu para sermos reassentado. Eu perguntei de novo, após um tempo, e ele disse a mesma coisa: “aqui não tem projeto de renda. É pra moradia!”. Sabe o que eu penso? Sabe por que eles jogam os pobres nessas áreas? É pra pessoa não pensar. Pra ela viver menos. Quem não pensa não vive, sabe? A pessoa passa três horas de ida e três horas de volta do trabalho na condução. São seis horas, um quarto do dia! Seis horas que ela podia tá pensando, produzindo, mas tá no ônibus. De cada dez pessoas no ônibus essa hora [era em torno de 20h] neve tão dormindo. É o povo exausto que não pode pensar... (entrevista concedida por B., em 23/09/2011)*

Esse trabalhador que constitui o *hiperpreariado urbano* e que *ocupa* o espaço da cidade e seus imóveis ociosos, seus terrenos e suas encostas, conhece e questiona a dinâmica urbana contemporânea, lutando pelo seu lugar na cidade. Eles querem morar onde há mais oportunidades de trabalho, onde há disponibilidade de transportes, equipamentos urbanos de consumo coletivo, serviços básicos etc. Em outras palavras, querem também, uma radicalização da participação popular no sentido da democratização do planejamento e da gestão das cidades (cf. SOUZA, 2003, 2006a e 2006b).

O trabalho, nessas condições, é caracterizado por uma dura realidade que coloca a necessidade da conquista do sustento e da sobrevivência



diariamente. Esse talvez seja o elemento mais difícil de ser transformado e *coletivizado*. O peso da responsabilidade de “trazer dinheiro para casa” é enorme e esse é um campo onde as “experiências”, os “testes” não são suportados por muito tempo. Não há condições e margem de manobra para tal, não há “reserva de caixa”. Quando o assunto é trabalho, continua vigorando uma lógica trazida “de fora” em que não há tempo a perder, a esperar: cada um precisa “defender o seu”. Não podemos julgar essas reações. São reações de quem já passou e ainda passa por situações limite. A busca da autonomia se constitui de pequenos ganhos em diferentes interfaces de relacionamento. Há conquistas extremamente importantes em diferentes aspectos e há pontos nevrálgicos extremamente difíceis de serem modificados e um desses pontos é a *relação com o trabalho e a forma do trabalho*.

Trabalhar coletivamente, trabalhar em um espaço de produção, venda, prestação de serviço que seja (auto)gerido, organizado e mantido pelos próprios trabalhadores é um desejo, mas uma possibilidade que parece sempre muito longe de ser alcançada.

As dificuldades apontadas são muitas: (1) A renda nesse tipo de atividade coletiva acaba sendo muito baixa, insuficiente para sustentar a família; (2) simultaneamente, o trabalho toma muito tempo, o que inviabiliza uma complementação por outros meios; (3) o custo para montar, equipar, colocar para funcionar um espaço de produção ou prestação de serviços para trabalho coletivo, isto é, um tipo de oficina de trabalho, é alto, exige investimentos em máquinas, ferramentas, que os trabalhadores pobres não têm como arcar; (4) isso gera um desânimo,

uma falta de compromisso e de confiança no sucesso do empreendimento que leva as pessoas a se dedicarem cada vez menos, até por que “o tempo não pára” e elas têm que se sustentar de alguma forma. A saída acaba sendo o trabalho individual ou familiar de sempre.

Quando moradores da Ocupação de sem-teto *Quilombo das Guerreiras*<sup>11</sup> foram questionados em diálogos informais e, também, em entrevistas de pesquisa, a respeito da vontade de trabalhar em uma atividade coletiva, em uma ou mais cooperativas, dentro das ocupações, por exemplo, a resposta era sempre positiva: “*sim, gostaria!*”. No entanto, vinha sempre seguida de um ‘*porém...*’: “*mas tenho que sustentar a minha família...*”, “*mas preciso ganhar dinheiro hoje...*”, “*mas isso leva tempo e eu não posso esperar para alimentar meus filhos...*”.

Todos têm consciência de caminhos, alternativas, críticas ao modelo onde estão inseridos, mas as condições objetivas muitas vezes são, de imediato, intransponíveis. Ao mesmo tempo, para além das condições objetivas que dificultam ou impossibilitam a dedicação a práticas econômicas solidárias e autogestionárias, como cooperativas autogeridas, há as condições subjetivas que se expressam na heteronomia introjetada no indivíduo, deixando explícita, sua dificuldade de se mover fora das práticas hierárquicas do capitalismo.

Isso explica, em parte, a utilização equivocada ou mesmo mal intencionada da expressão “autônomo” para designar trabalhadores que atuam no mercado “por conta própria”, isto é,

<sup>11</sup> Ocupação de sem-teto de inspiração política fortemente horizontal localizada na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

na maioria das vezes informalmente, sem relação de assalariamento com nenhum tipo de empresa, ou patrão. No entanto, quando o *hiperpreariado*, por sua informalidade, é qualificado/identificado, ou mesmo se auto-intitula “autônomo”, o significado da autonomia é esvaziado, banalizado e até deturpado.

A autonomia, em relação ao mundo do trabalho, foi basicamente debatida a partir da ideia da *autogestão operária*, que, no século XX, ganhou força, principalmente, a partir da década de 60, culminando com os acontecimentos de maio de 68. Quando analisamos e comparamos o significado e o uso político da expressão autonomia para qualificar a natureza das relações de produção e de organização do trabalho, podemos afirmar que seu uso contemporâneo esvaziou completamente o sentido mais radical e profundo de uma das questões mais importantes formuladas pelos trabalhadores ao longo de suas lutas. A autogestão é, basicamente, o exercício da autonomia coletiva:

Uma sociedade autogerida é uma sociedade onde todas as decisões são tomadas pela coletividade que é, a cada vez, concernida pelo objeto dessas decisões. Isto é, um sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente *o que* devem fazer e *como* fazê-lo nos limites exclusivos que lhes traçar sua coexistência com outras unidades coletivas. (CASTORIADIS, 1983: 212)

Logo, usar a expressão “trabalhador autônomo” para designar o camelô, o ambulante, o catador, o flanelinha, é uma forma de reconhecer nele especificidades que dizem respeito às estruturas

de poder sociais, ou tratam-se, na verdade, de um *eufemismo* para escamotear graves problemas econômicos, políticos e sociais das metrópoles do Brasil e do mundo. Recorremos à SOUZA (2008b) para refletir sobre o assunto. Para esse autor, de forma direta e sucinta, ser um trabalhador autônomo significa

não ser oprimido e explorado; significa não ser governado por leis de cuja elaboração a esmagadora maioria das pessoas não teve a menor chance de participar. É claro que, nesse sentido, os “trabalhadores autônomos” pobres são muito pouco autônomos, uma vez que estão inseridos, de maneira subalterna, em uma sociedade profundamente desigual e injusta. Apesar disso, o fato de não terem um patrão, de não estarem submetidos à disciplina de uma fábrica e de poderem, de alguma maneira, organizar seu tempo do modo como lhes parece melhor, merece ser visto como uma possibilidade interessante. Não se deseja sugerir, com isso, que a informalidade e a precarização crescente das relações de trabalho não sejam, de forma imediata, problemas graves nos marcos da problemática geral do capitalismo contemporâneo. O que se quer dizer é simplesmente isso: que a situação dos “autônomos” não precisa ser vista apenas como *limitação*; ela pode e deve ser vista, também, em parte, como *potencialidade*, apesar das muitas dificuldades a serem enfrentadas. (SOUZA, 2008b: 05)

Trabalhadores hiperprecarizados, em geral, são pessoas que não possuem, ou tem acesso apenas a canais de representação frágeis e pouco significativos, o que os coloca em uma condição de “marginalidade política”, uma vez que não tem

como se fazer presente, de forma efetiva, nos espaços formais de representação política e, além disso, possuem poucos recursos e força para exercer pressões em partidos e no aparelho de Estado. Essa condição de precariedade econômica e social, aliada à marginalidade política, afasta esse conjunto da classe trabalhadora da concepção de autonomia que estamos abordando. Por isso, SOUZA (2008b) afirma que, nesse sentido, “os ‘trabalhadores autônomos’ pobres são muito pouco autônomos”.

A autogestão produtiva não é uma questão simplesmente econômica em sentido estrito. Sem dúvida ela levanta questões econômicas claras e relevantes, no entanto, a autogestão é, antes de tudo, expressão de relações de poder, logo, ela remete, de forma explícita, à política. A questão do regime de propriedade, por exemplo, não pode ser tratada apenas do ponto de vista técnico e da eficácia produtiva, como querem os economistas e intelectuais conservadores, que argumentam que a propriedade privada é o regime que permite maior ganho produtivo e maior eficiência dos fatores de produção e, por isso, seria melhor para a sociedade em seu conjunto. A questão do regime de propriedade coloca, antes da questão econômica, a questão do poder: em uma sociedade heterônoma, quem detém a propriedade dos meios de produção, possui uma capacidade maior de exercer poder do que os demais, logo, um problema político se coloca imediatamente.

O elemento fundamental que está posto é o *poder*. A participação direta do conjunto dos trabalhadores em condições iguais de decidir sobre suas próprias vidas. Ela coloca para nós desafios concretos de se pensar uma nova economia

autogerida nos marcos de uma outra forma de se pensar a organização não somente da produção, mas também da distribuição e do consumo. Desafios que impõe uma transformação de práticas e, também, de princípios e subjetividades.

Tais desafios começam no plano das ideias, uma vez que é necessário romper e superar com uma forma de se pensar em termos de economia capitalista, onde a produção, o consumo e a distribuição estão atrelados aos processos de exploração, acumulação, assalariamento e hierarquização, o que torna a ideia de uma organização do trabalho sem hierarquia e diferenciação de remuneração estranha para nós, afinal, já incorporamos a ideia de que é normal uma pessoa ganhar mais do que a outra em função da obtenção de um título acadêmico, sem levar em consideração as condições concretas de vida de cada uma e a dinâmica social que está organizada para reproduzir esta desigualdade. Soa estranho, por exemplo, defender a organização do trabalho em uma fábrica onde a pessoa responsável pela limpeza tenha os mesmos direitos políticos e econômicos de um trabalhador da administração. Nesse sentido, a sociedade, de forma autônoma e coletiva, deve instituir para si, quais são as suas prioridades (em termos de bens e serviços) e de que forma esses bens e serviços serão disponibilizados para os cidadãos.

Diante de tais formulações, não é possível aceitar de forma acrítica o uso da categoria *autonomia* para qualificar uma gama tão heterogênea de trabalhadores, principalmente aqueles que identificamos como o *hiperpreariado*. O que diríamos então da espacialidade vivida,

produzida e compartilhada por esses trabalhadores nas áreas favelizadas das grandes metrópoles, nas ocupações de sem-tetos, nos bairros e loteamentos periféricos, no seu dia-a-dia em busca do sustento de sua família e sua sobrevivência?

Tanto nas cidades, quanto no campo, os espaços que reproduzem relações de trabalho, sejam essas formais ou informais, definem-se por uma profunda heteronomia. Isto é, são os espaços de *outrem*. Nesses, o trabalhador tem pouco ou nenhum poder sobre as relações de produção e sobre os corpos, inclusive o seu. As estruturas de poder que atravessam esses espaços cerceiam quase por completo as possibilidades de autogestão, autodeterminação, autonomia. Ainda que esse trabalhador esteja nas ruas, seja um ambulante, um camelô, ou que esteja no campo ganhando seu sustento como temporário (um boia-fria), ainda assim, esse trabalhador está subordinado a um sistema que exerce sobre ele um poder heterônomo. Na verdade, quanto maior a pretensa “autonomia”, nesse sentido falacioso de “liberdade do não-assalariamento”, maior é o jugo da opressão econômica e, por sua vez, social.

No entanto, como dissemos no início, essa não é a única perspectiva em que esse fenômeno da informalização do trabalho pode ser analisado. Mostramos, a partir da citação de SOUZA (2008b: 05), “*que a situação dos ‘autônomos’ não precisa ser vista apenas como limitação; ela pode e deve ser vista, também, em parte, como potencialidade, apesar das muitas dificuldades a serem enfrentadas*”. Assim, há outras formas de se enxergar as fissuras do sistema, nas quais se podem desenvolver estratégias de resistência à heteronomia

e luta pela verdadeira autonomia no trabalho e na vida.

Se tomarmos a situação da perspectiva de uma conquista *em longo prazo*, ou de um horizonte de luta de uma *coletividade*, a expressão ganha outro sabor. Mesmo em uma situação subalterna e que continua a reproduzir uma exploração (que não deixa de ser de classe), o fato de não estar inserido de maneira formal nesse circuito e de não reproduzir certas regras e normas colocadas por outros, já abre uma margem de manobra que *pode*, ao menos, ajudar a alcançar, como coloca SOUZA (2006a), *relativos ganhos de autonomia a médio e longo prazos*.

No caso de algumas ocupações do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro essa situação de trabalho hiperprecarizado para a maioria dos moradores é uma realidade, mas a perspectiva de análise e a crítica a essa mesma realidade tem alimentado o movimento e sua luta. A conquista de uma alternativa a esse tipo de trabalho ainda é um desejo não realizado, mas que já foi esboçado algumas vezes.

Apesar das adversidades encontradas no cotidiano de trabalho – a instabilidade de renda, o baixo rendimento obtido, a exposição a riscos, a violência criminosa e policial, entre outros – da maior parte dos trabalhadores informais (hiper)precarizados, as alternativas em termos de trabalho coletivo ainda não são compatíveis com as conquistas obtidas em termos de avanço na organização política e nos ganhos sócio-espaciais. Mesmo entre aqueles que experimentaram ou vivenciam um contato mais próximo com organizações de movimentos sociais e comunitárias,

que valorizam e estimulam a plena participação, a horizontalidade nas discussões e a coletividade nas decisões, ainda encontram dificuldades em estender esses princípios para o trabalho e geração de renda.

### **A experiência da economia popular (solidária) entre os sem-teto da área central da cidade do Rio de Janeiro**

A criação de espaços de produção e geração de renda dentro das ocupações de sem-teto na área central do Rio de Janeiro sempre esteve na pauta de discussões do movimento tanto por sua importância objetiva na possibilidade de transformação na vida dos indivíduos, quanto na sua contribuição indireta, no que se refere à manutenção da segurança jurídica da posse<sup>12</sup>, na compatibilização do uso residencial com outros usos do espaço.

Atualmente, nas ocupações com as quais colaboramos, poucas atividades econômicas (individuais ou coletivas) são realizadas no interior dos espaços de moradia, ou mesmo dos espaços de uso coletivo. Para os espaços coletivos foram pensadas *cooperativas de trabalho autogeridas pelos moradores* e há, inclusive, espaços destinados a essa função e que abrigam ou já abrigaram essas atividades nas ocupações.

Talvez a primeira experiência de implementação de uma atividade de geração de renda coletiva nas ocupações por nós estudadas<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Com base na “função social da propriedade” e nas “funções sociais da cidade” identificados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade e pela MP 2.220/2001 que complementa o referido Estatuto.

<sup>13</sup> *Ocupação Chiquinha Gonzaga* (Centro do Rio de Janeiro), *Ocupação Zumbi dos Palmares* (Saúde, Zona Portuária do Rio de Janeiro) e *Ocupação Quilombo das Guerreiras* (Santo Cristo, Zona Portuária do Rio de Janeiro).

tenha sido a da Cooperativa de Reciclagem da Ocupação Chiquinha Gonzaga, em 2005, experiência relatada por GRANDI e TEIXEIRA (2009). Segundo os autores, essa primeira tentativa surgiu como uma alternativa de trabalho para uns, uma complementação de renda para outros e nela foram depositadas muitas expectativas não apenas para melhorar a renda das famílias, mas também para as condições gerais do prédio (já que a cooperativa ficava obrigada a contribuir com uma porcentagem sobre os rendimentos para o coletivo – manutenção dos espaços do prédio, aquisição de material para melhorias de infraestrutura etc.), para a relação entre os moradores, etc. No entanto, segundo GRANDI (2010), os resultados não foram tão positivos. A proposta foi levada à assembleia e recusada, tornando-se pivô de amplos e acalorados debates e até discórdias entre moradores. Conflitos surgiram por diferentes motivos: desde a falta de consenso quanto ao uso dos espaços coletivos da ocupação, passando pelo tipo de cooperativa e de trabalho (com lixo), até questões pessoais relacionadas à falta de confiança e problemas de comunicação. A conclusão é que a cooperativa nem chegou a ser implementada.

Houve então uma segunda tentativa na Ocupação Chiquinha Gonzaga com a Cooperativa de Alimentação. Essa cooperativa fornecia refeições para eventos, sob encomenda e “quentinhas” a varejo. A cooperativa funcionou por algum tempo na cozinha coletiva da ocupação graças à dedicação de alguns moradores. Atualmente o funcionamento da cooperativa de alimentação da Chiquinha Gonzaga é intermitente. Ela mantém o espaço destinado a essa atividade, bem como os

equipamentos e esses são utilizados a partir de encomendas para alguma atividade, ou comemoração (normalmente organizados por entidades ligadas aos próprios movimentos sociais).

GRANDI (2010) fez um estudo detalhado sobre as práticas sócio-espaciais e o agir comunicativo na Ocupação Chiquinha Gonzaga e aponta que, em grande parte, os problemas relacionados ao funcionamento e manutenção dessa experiência remete a diversas origens, da relação entre as pessoas e a formação de diferentes campos políticos, passando pelas estratégias de divulgação da mesma, até o alcance das informações e a valorização de experiências relacionadas à economia popular solidária.

Hoje existem dois projetos para o funcionamento de cooperativas na Ocupação Chiquinha Gonzaga, uma cooperativa cultural (que visa criar uma editora para publicação de jornais e livros) e uma cooperativa de prestação de serviço de construção civil. Essa continua sendo uma questão importante para alguns moradores, motivando a realização de eventos como um seminário organizado na ocupação em maio de 2008, que foi intitulado “*O que pode a economia popular urbana? Pensando a produção e a geração de renda nas Ocupações*”, organizado pelos moradores da própria ocupação e pelo NuPeD, bem como um encontro de Experiências de Economia Solidária, realizado em maio de 2010, pelo GT de Economia Solidária ligado ao Grupo Reunindo Retalhos.

Outra experiência de cooperativismo dentro das ocupações foi a Cooperativa de Chinelos e Sandálias da Ocupação Quilombo das Guerreiras, criada em meados de 2007. Essa cooperativa

envolvia representantes de 12 famílias da ocupação e também destinava uma porcentagem da sua receita para atividades do coletivo e manutenção do prédio. A cooperativa de calçados de Quilombo das guerreiras chegou a conseguir, em 2007, ser admitida para o processo de “incubação” promovido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE/UFRJ. Isso significou um reconhecimento importante e um apoio grande, contudo, o processo de “incubação” é longo e se realiza, em grande parte, na Ilha do Fundão. Para quem vive de atividades informais precárias, o dispêndio com passagens e o tempo que deveria ser dedicado à capacitação não podem ser ignorados, a despeito do apoio técnico fornecido pela ITCP. A cooperativa não conseguia reunir todos os esforços de trabalho, aquisição de matérias-primas e equipamentos, o que reduzia muito a sua capacidade de produção e, conseqüentemente, de geração de renda para os envolvidos, o que acabou decretando o encerramento de suas atividades.

Existiu, ainda, a experiência de *Confecção e Serigrafia na Ocupação Zumbi dos Palmares*, com a produção de camisetas, bandeiras e estampas. Essa nunca foi, de fato, uma cooperativa, pois era gerida e organizada por um só morador com a colaboração esporádica de outros, a despeito desse morador ter tentado, por diversas vezes, montar oficinas de treinamento, cursos, coletivizar o trabalho. No entanto, diversos problemas inviabilizaram o projeto coletivo, os quais remetem, de certa forma, a problemas ocorridos na ocupação Chiquinha Gonzaga, envolvendo conflitos entre moradores, disputas, desconfiança, além da tradicional urgência em ganhar a vida, em ganhar dinheiro por parte do

próprio e por parte dos demais moradores. Esse morador seguia desenvolvendo a atividade em uma das unidades domiciliares da ocupação, utilizada como uma oficina até que a ocupação Zumbi dos Palmares foi despejada em fevereiro de 2011 e essas atividades foram definitivamente encerradas.

O trabalho realizado nas imediações, em locais muito próximos das ocupações (nas calçadas, na esquina, na Rodoviária e na Central do Brasil, por exemplo) ainda é predominante para os que ganham a vida “trabalhando por conta própria”. Esse tipo de prática e de atividade econômica marca um outro tipo de espacialidade desses trabalhadores: é predominantemente *fora do espaço da ocupação* que se desenvolvem as atividades de produção e geração de renda, e não dentro. Ao menos por enquanto e para a maioria dos moradores.

A atualidade da experiência cotidiana demonstra que, apesar de ainda não representar uma organização do trabalho coletivo, sob a forma de *experiências econômicas populares e solidárias*, as ocupações na área central da cidade do Rio de Janeiro representam uma melhora nas condições de vida. Essa melhora pode não acontecer por uma transformação direta no trabalho e no seu rendimento, mas acontece de forma indireta, com a maior proximidade do local de trabalho, com a redução dos custos com transporte, com o melhor aproveitamento do tempo que antes era gasto com deslocamentos etc.

Podemos dizer que, hoje, apenas uma *pequena* parcela dos trabalhadores, sejam eles (hiper)precarizados, ou não, dispõe de um relativo grau de autonomia (um intelectual, um artista, um escritor, um professor que trabalhe de forma

independente), ainda assim, ela é bastante incompleta, se considerarmos as condições a que estão submetidos e o mundo onde estão inseridos, conforme as formulações e os exemplos apresentados aqui. Nesse momento é compreensível pensar que o trabalhador autônomo, no *sentido libertário*, ainda está para ser socialmente produzido.

### Referências bibliográficas

- AHLANDER, Ann-Mari Sätre (2001): “The social economy: new co-operatives and public sector”. *Annals of public and cooperative economics*. P. 413-433, 72: 3. Published by Blackwell Publishers, Oxford.
- ARRUDA, Marcos (2003): “Socioeconomia Solidária”. In CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- CARPI, Juan A. Tomás (1997): “The prospects of the social economy in a changing world”. *Annals of public and cooperative economics*. P. 247-279, 68: 2. Published by Blackwell Publishers, Oxford.
- CASTORIADIS, Cornelius (1983): *Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense.
- CORAGGIO, Jose Luis (1987): “Los complejos territoriales dentro del contexto de los subsistemas de producción y circulación”. Colección Textos N.2, Centro de Investigaciones CIUDAD, Quito.
- \_\_\_\_ (1996): “El trabajo desde La perspectiva de La economía popular”. Versión revisada de la ponencia presentada en el Seminario sobre los impactos territoriales de la reestructuración laboral en la Argentina, San Carlos de Bariloche, 27-30 de mayo 1996.
- \_\_\_\_ (2001): “Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa”. Presentación en el *II Encuentro Internacional sobre Globalización de la Solidaridad*, Québec, 9-12 octubre 2001.
- \_\_\_\_ (2003): “Economia do Trabalho”. In CATTANI, Antonio Davi (org.) *A outra*

- economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- \_\_\_\_\_ (2006): “Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria”. Ponencia presentada en el Seminario: “Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação”, organizado por CAPINA (Cooperação de Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) – Universidade Católica de Salvador. Salvador - BA, 5 e 6 de dezembro de 2006.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho (2002): “Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais”. *Bahia: Análise e Dados*. Salvador, SEI v. 12, no. 01. P. 9-19. Junho de 2002.
- GRANDI, Matheus da Silveira (2010): *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ.
- GRANDI, Matheus da Silveira e TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): “Espacialidade Cotidiana e Sociedade Instituinte: Uma Reflexão Sobre os Espaços de Compartilhamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro”. Florianópolis: Anais do XIII ENANPUR.
- HIRATA, Helena e PRÉTECEILLE, Edmond (2002): “Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: O debate das ciências sociais na França”. *Caderno CRH*, Salvador, no. 37, Julho a Dezembro, 2002.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2005): *Economia Informal Urbana 2003*. CD-ROM, Rio de Janeiro, 2005.
- KALLEBERG, Arne L. (2009): “O crescimento do trabalho precário. Um desafio global”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, no. 69, fevereiro, 2009.
- LIMA, Jacob Carlos (2004): “O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 19 Nº. 56, outubro de 2004.
- LISBOA, Armando de Melo. “Economia popular”. In: ENDERLE, G. et al. *Dicionário de ética econômica*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.
- \_\_\_\_\_ (2003): “Solidariedade”. In CATTANI, Antonio David (2003): *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- \_\_\_\_\_ (2004): “Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano”. In: *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Disponível em [www.sep.org.br/artigo/9\\_congresso\\_old/ixcongresso101.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso101.pdf). Uberlândia.
- \_\_\_\_\_ (2005): “Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites”. *Revista de administração de empresas*. v. 45, n. 3, São Paulo, setembro de 2005.
- MARTINS, José de Souza (1997): *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus
- NORONHA, Eduardo G. (2003): “Informal, illegal and unfair: perceptions of labor markets in Brazil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* p.111-129. vol. 18 n. 53, São Paulo: Oct. 2003.
- POCHMANN, Márcio (2001): *O Emprego na Globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, Milton (1999): *A revolução tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual*. Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade de Brasília, em 11 de novembro de 1999.
- SINGER, Paul (2002): *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- \_\_\_\_\_ (2003): “Economia Solidária”. In CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2003): *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2006a): *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2006b): “Together with the state, despite the state, against the state: Social movement as



- ‘critical urban planning’ agents”. *City*, Vol. 10, No. 3.
- \_\_\_\_ (2008a): *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_ (2008b): “Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira”. In: OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE.
- THOMPSON, E. P. (1981): *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- TRAJANO, Ana Rita C. e CARVALHO, Ricardo Augusto A. (2003): “Identidade e Trabalho Autogestionário”. In: CATTANI, Antonio David (2003): *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores.